

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE
PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU

Data: 27/07/2015

Local: Sala 506-B – Prédio-Sede TRT4

Presenças:

Membros titulares: Desembargador Francisco Rossal de Araújo, Juízes do Trabalho Ricardo Fioreze e Marcelo Bergmann Hentschke e os servidores José Américo Ilha de Quadros e Gabriel Pacheco dos Santos

Membros suplentes: Juíza do Trabalho Andrea Saint Pastous Nocchi e os servidores Carolina da Silva Ferreira e Ruy Bittencourt de Almeida Neto

Associações:

AMATRA IV: Juiz do Trabalho Rodrigo Trindade de Souza

SINTRAJUFE/RS: servidor Ruy Bittencourt de Almeida Neto

Convidados:

Servidor da Secretaria de Comunicação Social: Inácio do Canto Rocha Filho

Secretária: Tatiana Duarte Pina (AGE)

Hora de início: 17h

Hora de término: 18h20min

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de 2015, às 17 horas, na sala 506-B do Prédio-Sede do TRT4, ocorreu reunião ordinária do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição. Estiveram presentes os membros titulares Desembargador Francisco Rossal de Araújo, os Juízes do Trabalho Ricardo Fioreze e Marcelo Bergmann Hentschke e os servidores José Américo Ilha de Quadros e Gabriel Pacheco dos Santos. Presentes os membros suplentes Juíza do Trabalho Andrea Saint Pastous Nocchi e os servidores Carolina da Silva Ferreira e Ruy Bittencourt de Almeida Neto. Presentes, também, o representante da AMATRA IV, Juiz do Trabalho Rodrigo Trindade de Souza e, na condição de convidado, o servidor Inácio do Canto Rocha Filho. A reunião foi coordenada pelo Desembargador Francisco Rossal de Araújo, conforme relato que segue. O Coordenador do Comitê, Desembargador Francisco Rossal de Araújo, iniciou a reunião verificando a existência de *quorum* para deliberações e procedeu à aprovação da ata da reunião anterior, com a inclusão das correções apontadas

pelos Juízes Ricardo Fioreze, Rodrigo Trindade de Souza e Andrea Saint Pastous Nocchi. Houve a ressalva do servidor Ruy Bittencourt de impossibilidade de leitura da referida ata, bem como das aprovadas na reunião passada, em função das atividades do sindicato relacionadas à greve dos servidores. Na sequência, o Des. Rossal entregou aos presentes a minuta do relatório de implementação do cargo de segundo assistente de Juiz, dizendo que esse será o documento que conterá a proposta a ser entregue à Administração. Explicou que a primeira parte do documento relata o histórico do exame do tema e elementos debatidos pelo Comitê. A segunda parte traz a proposta dividida por itens de implantação, tendo sido realizada a revisão dos itens constantes, nos termos que seguem:

- 1. Definição do recurso e beneficiários.** Carolina relatou as deliberações em relação ao item. O Des. Rossal lembrou que a segunda questão será retomada no item 6, na qual será estabelecida a priorização da implantação. O Dr. Fioreze sugeriu a alteração da redação no item “alternativas/ressalvas” para constar “*cargos/funções*”. Ruy Bittencourt questionou se o posicionamento contrário do sindicato em relação ao remanejamento de cargos deveria constar neste item. O Des. Rossal disse que todas as ressalvas constam nas atas, que serão anexadas à proposta. Carolina explicou que o documento contempla a proposta que o Comitê encaminhará à Administração.
- 2. Atividades.** Carolina relatou as deliberações relativas ao item. O Des. Rossal sugeriu a alteração na redação para substituir as expressões “*decisão*” e “*julgamento*” por “*decisões terminativas com ou sem resolução do mérito*” e “*decisões interlocutórias complexas no processo de conhecimento, processo de execução e tutelas provisórias*”, de modo a adequar a redação aos termos legais ao invés de utilizar a nomenclatura utilizada no fluxo do PJe-JT.
- 3. Cargo.** Carolina relatou as deliberações relativas ao item. O Des. Rossal e o Dr. Fioreze sugeriram alteração na redação para constar “*Os dois cargos/funções*”. O servidor Gabriel sugeriu que no item “Alternativas/ressalvas” seja acrescida a expressão “*das varas do trabalho*” após “*secretaria*”.
- 4. Função.** Carolina relatou as deliberações relativas ao item. O Des. Rossal solicitou a inclusão do termo “*judiciária*” após “*Unidade*”. O Dr. Fioreze sugeriu acrescentar ao item a expressão “*sem prejuízo da função de assistente – FC2 existente*” para melhor compreensão da proposta do Comitê.

5. **Fontes de recursos.** Carolina relatou as deliberações relativas ao item. O Des. Rossal explicou que neste item entra a adequação da indicação das fontes dos cargos, apresentada pela AMATRA IV, com as alterações decorrentes da proposta de reestruturação das secretarias das turmas. Lembrou que alguns ajustes ocorrerão com o decorrer do tempo, em razão do avanço na utilização do PJe-JT em alguns setores como, por exemplo, na Seção Especializada em Execução. O Des. Rossal solicitou que não fossem utilizadas siglas, razão pela qual substituiu-se “CCDFs” por “*Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos*”. Ruy Bittencourt elogiou o avanço do Comitê em relação à proposta original da AMATRA IV no que tange à retirada de cargos ou funções das secretarias das varas do trabalho, ultima alternativa na implementação do recurso. Relatou a preocupação em relação ao setor de protocolo, com possível retirada de funções e não de cargos. Em relação a alguns setores, manifestou a preocupação de setores relacionados à área de Tecnologia da Informação, com a impossibilidade legal de remanejamento de cargos privativos. Também citou setores como o Setor de Educação a Distância, que conta com dois servidores e há a previsão de retirada de um servidor, ou seja, 50%. Alguns setores, como a Secretaria Executiva da Escola Judicial, possuem um trabalho complexo, registrando a preocupação com a possível retirada de cargos desse setor, bem como do setor de perícias, manifestando que este já possui poucos servidores para a demanda, manifestando preocupação com a possível retirada de um servidor. No mais, retomou o posicionamento do sindicato de contrariedade ao remanejamento de cargos e funções para a implementação do segundo assistente de Juiz. O Dr. Fioreze ressaltou, em relação ao quadro apresentado pela AMATRA IV, a possível impossibilidade de remanejamento de cargos dos setores de atendimento a usuários, desenvolvimento de internet e intranet, gerenciamento de banco de dados e gerenciamento de equipamentos, por se tratar de setores ligados à área de Tecnologia da Informação. Outra ressalva é na seção de educação à distância, pois acredita que a tendência, com a informatização, é que haja maior demanda nesse setor, registrando preocupação com a retirada de um cargo. Por fim, ressaltou que a proposta apresentada não contempla a reestruturação do JACEP, ocorrida no final do ano passado, ocasião em que houve redução no número de servidores. O Dr. Marcelo Bergmann informou que atualmente o JACEP conta com 29 servidores e o quadro

apresentado pela AMATRA IV contempla 34 servidores. Ruy Bittencourt ponderou preocupação com o remanejamento na seção de cadastramento de iniciais. Carolina explicou que o setor atualmente é a Central de Atendimento ao Público (CAP), embora não haja norma estrutural estabelecida até o presente momento. Em razão das ponderações apresentadas, o Des. Rossal manifestou a necessidade de ajuste no quadro apresentado pela AMATRA IV, tarefa que será executada pelo Dr. Rodrigo Trindade para a próxima reunião. A Dra. Andrea Nocchi opinou ser necessário pensar no princípio de priorização do primeiro grau e que alguns setores terão que ceder servidores em busca do cumprimento do objetivo do Comitê, que é a priorização da atividade do primeiro grau de jurisdição, com o que concordou o Des. Rossal, complementando que alguns ajustes e pequenas diferenças podem ocorrer, mas que a proposta está bem formatada. Questões pontuais poderão ser ajustadas ao longo da semana para apreciação na próxima reunião. Para finalizar a análise do item 5, o Des. Rossal propôs a retirada da menção de que as indicações foram formuladas pela AMATRA IV, bem como retirar o item 3, o qual cita como fonte a atividade-fim, de modo a contemplar as deliberações tomadas pelo Comitê.

- 6. Priorização para implantação.** Carolina relatou as deliberações relacionadas ao item. A Dra. Andrea Nocchi questionou novamente se não há possibilidade de incluir na primeira fase da implantação os foros de Rio Grande e Triunfo, já que é de conhecimento da Corregedoria o grande volume de trabalho nesses locais. O Des. Rossal opinou, como alternativa para equacionar essa questão, que alguns cargos de assistente fiquem à disposição da Corregedoria, sendo utilizados como regime de “exceção”, nos casos em que verificadas situações pontuais em determinadas unidades judiciárias. O Dr. Rodrigo Trindade propôs manter a previsão inicial de 110 cargos, já que, descontados os 94 cargos necessários para implantação nos grupos 1 e 2, 16 cargos restariam e poderiam atender à demanda. José Américo lembrou que o número de 16 cargos pode ser reduzido caso exista impossibilidade legal de remanejamento de cargos da área de Tecnologia da Informação. A Dra. Andrea Nocchi esclareceu que atualmente a Corregedoria dispõe de alguns assistentes que são utilizados não apenas para auxílio a magistrados, mas também para substituição de servidores em licenças. O Dr. Fioreze disse que a Corregedoria deverá, nesse caso, seguir a diretriz de que o recurso é destinado a auxílio da unidade judiciária. O Des. Rossal opinou

ser razoável que a Corregedoria disponha de alguns assistentes para adequar a situações particulares. Orientou que seja denominado “*grupo para regimes de exceção com vinculação à Corregedoria*”. O Dr. Fioreze sugeriu acrescentar a observação de que a Corregedoria deverá observar as diretrizes da proposta, o que contou com a concordância do Des. Rossal, que também sugeriu acrescentar, ao Grupo 3, a observação de que as prioridades serão definidas em um segundo momento, observado o critério já estabelecido pelo Comitê, de processos ajuizados.

- 7. Contrapartidas.** O Des. Rossal iniciou o debate relatando sua experiência em diversas ações e estudos do Tribunal para tentar equacionar o problema do resíduo. Apesar de não se mostrar favorável à utilização da expressão “metas”, afirmou que pela primeira vez na história do Tribunal, caso tudo corra bem, a Instituição entregará ao primeiro grau recursos em termos de força de trabalho e alternativas para tentar solucionar o resíduo e isso exige uma contrapartida. Não há processo de modificação sem a respectiva execução e avaliação. O problema do resíduo pode ser visto sob vários ângulos. Um deles é o institucional, como, por exemplo, aumento da demanda. Outra questão é pessoal e diz respeito ao comprometimento do Juiz com o trabalho. Relatou que, historicamente, um pequeno percentual de Juízes, em torno de 20%, concentra cerca de 40% do resíduo. Várias possibilidades devem ser pensadas como forma de solucionar o problema, tema proposto pelo Coordenador para debate na próxima reunião. Abriu a palavra para manifestações. Ruy Bittencourt novamente manifestou preocupação com a retirada de funções do setor de protocolo. Teme que a retirada de função do setor prejudique a administração do trabalho, uma vez que o setor também é responsável pelo setor de portaria e protocolo localizado no Shopping Praia de Belas. No mais, disse que o sindicato se reporta a todo o arrazoado já produzido, mas relatou preocupações na finalização da proposta, quais sejam: condição de trabalho dos servidores que serão realocados, devendo ser garantidas condições favoráveis de ergonomia e espaço de trabalho em moldes minimamente adequados. Além disso, defendeu que o servidor não deve ser cobrado pelo atingimento de metas de redução do resíduo, as quais devem ser de responsabilidade do magistrado. A Dra. Andrea Nocchi relatou a sua experiência do trabalho junto à Corregedoria, opinando que o Comitê trabalhe a questão de maneira mais global, não apenas em relação à redução do resíduo,

mas sim como um compromisso global com a jurisdição. O Dr. Fioreze defendeu a necessidade de melhora de desempenho global, seguindo a fala da Dra. Andrea Nocchi, até porque o recurso destina-se às unidades judiciárias. Defendeu a imposição de metas pelos beneficiários dos recursos, uma vez que a Instituição também terá como meta a destinação de recurso para o primeiro grau. Sugeriu, inclusive, a elaboração de plano de melhoria do desempenho com a fixação de metas, a partir de proposta inicial a ser apresentada pela própria unidade judiciária beneficiada com o novo recurso. Carolina propôs trazer conceitualmente a definição dos indicadores utilizados para a verificação do atingimento de metas dos Tribunais para melhor auxiliar o debate do Comitê. A Dra. Andrea Nocchi disse que os indicadores não podem ser analisados isoladamente, sendo necessária a realização de alguns cruzamentos de dados. Relatou que a Corregedoria observou aumento na produtividade dos magistrados, mas o aumento da demanda não permitiu a redução do resíduo. O Dr. Rodrigo Trindade relatou que o problema do resíduo é muito antigo e, desde o seu ingresso na Instituição, como estagiário, sempre ouviu falar em resíduo e metas. Teceu algumas considerações sobre a complexidade do trabalho de elaboração de sentenças e lembrou que as experiências da Corregedoria em outorga de auxílio ao Juiz são positivas. Defendeu que a imposição de metas é contraproducente ao trabalho, em razão da complexidade da atividade, e opinou que não é função do Comitê impor metas, mas sim da Corregedoria. O Des. Rossal explicou que o objetivo era iniciar o debate, que é muito complexo. Dada a necessidade de estabelecer um parâmetro para tratar das contrapartidas, propôs que sejam analisados os dados constantes nos Informativos Mensais da Corregedoria (IMCs) do último triênio, tal como realizado na definição do *ranking* das unidades beneficiárias. A Assessoria de Gestão Estratégica encaminhará os dados aos integrantes do Comitê, via *e-mail*. A Dra. Andrea Nocchi informou que a Corregedoria levantou vários dados para a correição nacional, colocando-os à disposição do Comitê. **A próxima reunião ordinária do Comitê está agendada para o dia 03 de agosto de 2015, às 17h, na sala 506-B do Prédio-Sede.** Reunião encerrada às 18 horas e 20 minutos. Ata subscrita pela servidora Tatiana Duarte Pina, Assistente, lotada na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais. ~~~~~